



Mil rodas de conversa
pelo fim do Teto de
Gastos e por uma
nova economia.

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA

👉 Seja bem vinda, seja bem vinde, seja bem vindo! 👈

Vamos trazer aqui algumas dicas e ideias para você realizar rodas de conversa e debates sobre a situação econômica do país. Como ela tem afetado a sua vida, a de sua família, a de sua comunidade? Quais são as alternativas para uma economia comprometida com a vida, com a dignidade, com os direitos da população, com o meio ambiente e contra todas as desigualdades?

Com certeza, para além destas sugestões, muitas outras ideias de como fazer esse debate vão ser inventadas e isso é muito bom! Fique à vontade para criar novas possibilidades e não se esqueça de compartilhar com a gente contando sobre sua roda de conversa!



POSTE FOTOS, MENSAGENS E
VÍDEOS USANDO A HASHTAG
#DIREITOSVALEMAIS

O QUE PODE SER UMA RODA DE CONVERSA?

Uma pequena reunião de amigos ou vizinhos, um encontro, um seminário, uma audiência pública, um grupo de estudos, um piquenique, um sarau de poesias, uma roda de música e muitas outras coisas que possibilitem que as pessoas conversem sobre a economia. Não importa o número de pessoas, mas sim espalhar o debate sobre economia no país. Onde as conversas e debates podem acontecer?

Elas podem ser remotas (com o uso de alguma plataforma de comunicação: meet, zoom, whatsapp etc) ou presenciais, desde que garantam condições de segurança (máscaras, distanciamento etc). Podem ocorrer na vizinhança, na escola, no grêmio estudantil, no trabalho, no boteco, na universidade, na praça, nos coletivos e movimentos sociais, nas redes sociais, nos mais diversos lugares.

POR QUE FAZER RODAS DE CONVERSA?

Porque precisamos quebrar o silêncio e a ideia de que a decisão da economia tem que ficar na mão de especialistas. Se a gente não participar, a economia do país vai continuar a serviço da concentração de dinheiro na mão de poucos, a serviço dos ricos, do mercado financeiro, da destruição ambiental e de grandes grupos econômicos e da transformação de direitos em mercadorias. Precisamos democratizar essa conversa! Precisamos de uma economia a favor da vida e da dignidade, não do sofrimento, não do desemprego, não da fome e da doença. Precisamos de uma economia que supere as gigantescas desigualdades do país e proteja o meio ambiente.

DÁ PRA CONVERSAR SOBRE ECONOMIA SEM TER UM ECONOMISTA POR PERTO?

Sim, podemos! De forma geral, podemos definir que a economia trata de como os recursos naturais e aqueles gerados pelo conjunto da sociedade são produzidos, distribuídos e utilizados para o bem estar de muitos ou

de poucos. Como ela faz parte da nossa vida, todes podemos falar sobre economia! Nas rodas de conversas, podemos estudar este roteiro, utilizar os materiais disponíveis no site www.direitosvalemmais.org.br assim como em outros sites e juntar coletivamente outras informações que nos ajudem a compreender as questões que estão em jogo. Ao final da roda, é legal fazer um levantamento das dúvidas do grupo que possam ser retomadas em próximas rodas de conversa. E não devemos esquecer: já sabemos muita coisa e muitas outras vamos trocar e aprender juntos!

08 E O QUE É A EMENDA CONSTITUCIONAL 95, O CHAMADO TETO DE GASTOS?

Em especial, vamos conversar nas rodas de conversa sobre uma medida aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016: a Emenda Constitucional 95, apelidada de “Emenda do Teto dos Gastos”, “Emenda do Fim do Mundo” ou “Pacote das Maldades”. Pelos apelidos já dá pra perceber que coisa boa essa emenda não é: ela corta o dinheiro da saúde pública, da educação pública, do meio ambiente e de outras políticas sociais que garantem o atendimento da maior parte da população por vinte anos, prejudicando ainda mais quem mais precisa. Ou seja, o dinheiro das políticas sociais que atendem muita gente está sendo cortado para que o dinheiro vá para as mãos de poucos.

09 QUEM ESTÁ PROMOVENDO A MOBILIZAÇÃO DAS MIL RODAS DE CONVERSA PARA O FIM DO TETO DE GASTOS E POR UMA NOVA ECONOMIA?

Criada pela Plataforma Dhesca, a Coalizão Direitos Valem Mais é uma articulação ampla e intersetorial de mais de 200 entidades, redes e movimentos sociais comprometida com a defesa e a promoção dos direitos humanos no país, que tem por objetivo promover o debate público e somar forças em prol do fim da Emenda Constitucional 95 e da chamada política econômica de austeridade, essa que corta recursos para as políticas públicas destinadas ao povo.

Venha fazer parte desta roda! Se você, sua instituição, sua organização, coletivo ou movimento social quiserem fazer parte da Coalizão, é só passar um email para: secretaria@plataformadh.org.br



PARA COMEÇO DE CONVERSA: PREPARANDO A RODA

Há muitos jeitos de organizar uma roda de conversa, um debate, um seminário, um encontro, um evento, um sarau, uma audiência. Você pode reunir um pequeno grupo de amigos ou realizar um evento com mais pessoas.

Para organizar o espaço para a roda, você e seus amigos podem colocar as cadeiras em círculo, decorar o ambiente, deixar a sala de um jeito mais acolhedor e confortável e não se esqueça das medidas de segurança: máscaras, distanciamento etc. Se for possível, as pessoas podem ser convidadas a trazer materiais que elas tenham em casa que tratem da situação econômica do país. Também pode ser realizada a roda de conversa em espaços virtuais, cuidando também do acolhimento das pessoas.

É muito importante que as pessoas que estão organizando a roda de conversa possam investir um tempinho na preparação da roda. Estudar este roteiro com antecedência e conhecer os materiais disponíveis no site direitosvalem.org.br e em outros sites vão trazer elementos para tornar mais produtivo o encontro. Nossa proposta é que o encontro possa ser organizado em cinco momentos:

- 1) Abrindo a roda: boas vindas**
- 2) Crise econômica: como ela está afetando nossas vidas**
- 3) Crise econômica: como ela está afetando nosso país**
- 4) Precisa ser assim? Caminhos para sair da crise**
- 5) Próximos passos**

Mas a roda também pode seguir outro roteiro e ter um foco em uma área, como por exemplo: vamos discutir o impacto da política econômica e da Emenda Constitucional 95 na educação, na saúde, na assistência social, nas ciências, na moradia, no meio ambiente entre outros. Também vale uma

roda que tenha um foco em uma população, como por exemplo: o impacto da política econômica na vida das mulheres, na vida da população LGBTQIA+, na vida da população negra, na vida das pessoas com deficiências, na vida da população quilombola, na vida dos povos indígenas, na população de rua entre outros. Ou uma roda que tenha como foco o impacto em uma região, um município ou um território. Tudo isso está valendo!

O tempo de duração da roda de conversa pode variar conforme as condições de quem organiza o encontro e do grupo participante. Propomos que ela tenha, no mínimo, uma hora e meia de duração, para que possa ser feito algum tipo de debate. O ideal que sejam definidos quais pontos serão abordados e o tempo de discussão que será dedicado a cada um deles. O tempo também varia se você organizar ela online ou presencial.

É importante que uma pessoa assuma a coordenação da discussão, facilitando para que todas as pessoas possam participar da conversa e expressarem suas opiniões. A coordenação ou mesmo outra pessoa do grupo pode registrar os principais pontos da discussão do grupo.



Não esqueça de postar uma foto e uma mensagem sobre a roda de conversa por meio da hashtag **#DIREITOSVALEMAIS**.

1) ABRINDO A CONVERSA: BOAS VINDAS (15 a 30 min)

Para começar, as pessoas que organizarem o encontro podem dar as boas vindas, se apresentarem e dizerem às demais porque decidiram organizar o encontro. Uma das coisas que podem ser ditas também é que no Brasil fomos educadas e educados a não falar sobre economia, a deixar a decisão sobre a situação econômica na mão de especialistas. Só que a decisão do governo brasileiro nos últimos anos fez com que o país chegasse a uma situação terrível, tornando o que já era muito desigual em algo muito pior. A situação ficou ainda pior na pandemia: fome, desemprego, desespero. Por isso, é urgente conversarmos sobre economia.

Logo em seguida, cada pessoa deve ser convidada a se apresentar às demais. Caso as pessoas já se conheçam, elas podem apresentar alguma coisa da vida delas pouco conhecida pelas demais (um sonho, uma esperança, um interesse, uma brincadeira), ou mesmo falar sobre qual a economia elas desejam para o país. As coisas ditas pelo grupo podem ser registradas em um cartaz ou em tiras de papel e podem ser dispostas no chão, no centro do círculo, ou afixadas na parede para que todos vejam a produção do grupo.

Se vocês organizarem a roda online, é possível anotar a apresentação das pessoas no chat do aplicativo que você esteja usando (zoom, google meet, etc.). Ou coletar esta participação em um google forms, mentimeter, jamboard e outras ferramentas que simulem um painel remoto.

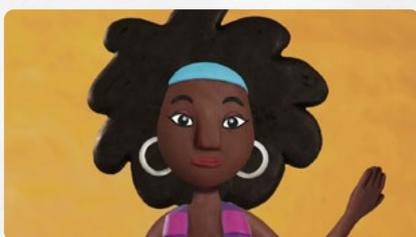
O importante deste momento das boas-vindas é as pessoas se conectarem e irem formando este campo aberto para o debate.

2) CRISE ECONÔMICA: COMO ELA ESTÁ AFETANDO AS NOSSAS VIDAS (30 min a 1 hora)

No segundo momento da roda, sugerimos que vocês assistam juntos ao vídeo Na Boca do Povo: democratizando a Economia, que é no formato de desenho animado, conduzido por uma personagem mulher negra muito guerreira, com voz da grande poeta Débora Garcia, do Sarau das Pretas (SP).

O vídeo é dividido em cinco partes, cada uma delas tem duração aproximada de 1,5 minutos. Avalie com o grupo se vocês preferem assistir o vídeo inteiro (6 minutos) ou assisti-lo em partes: 1) O que é economia; 2) O que é uma boa política econômica?; 3) Como a pandemia está afetando a economia; 4) E o que o Teto de Gastos tem a ver com isso; 5) Temos que mudar o rumo da economia!

Lá no site você encontrará outros vídeos educativos da Coalizão Direitos Valem Mais, produzidos pela Plataforma Dhesca Brasil e De Olho nos Planos.



► [Crise Econômica: Precisa ser Assim?](#)



► [Por uma economia a favor da vida](#)



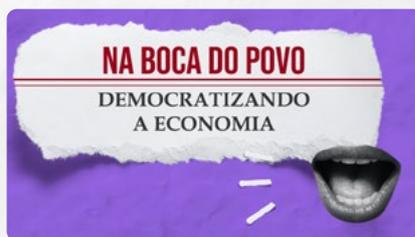
► [Clipe Direitos Valem Mais](#)



► [Clipe As Rodas Continuam](#)



► [Piso Emergencial no orçamento](#)



► [Na boca do povo: democratizando a economia](#)

O vídeo explica o que está acontecendo na economia do Brasil e o que é a chamada política econômica de austeridade, que tem levado o país a gigantescos retrocessos, a perdas de direitos e ao crescimento da violência, da intolerância, da perseguição a movimentos sociais, do encarceramento em massa, sobretudo de jovens negros.

Outro vídeo é “Por uma economia a favor da vida e contra todas as desigualdades”, que explica alguns dos impactos da Emenda Constitucional 95 (a Emenda do Teto dos Gastos) e a importância de promover o debate público, multiplicar as rodas de conversa e somar forças pela mudança da política econômica do país. Além desses e de outros vídeos da Coalizão, vocês podem usar outros vídeos para dar início aos debates sobre a situação econômica no país.

Os vídeos podem ser assistidos no celular, no computador ou exibidos em um projetor ou em uma TV. Caso nenhuma dessas alternativas seja possível, vocês podem ouvir somente o áudio do vídeo ou, ainda, um dos participantes que tenha assistido pode contar aos demais sobre do que se trata e suas impressões.

Depois de assistir aos vídeos, o passo seguinte é propor para que as pessoas falem sobre:

- * Como a crise econômica do país afetou a sua vida e a de sua família?
- * Você conhece alguém desempregado e que não está conseguindo garantir as condições de vida de sobrevivência de sua família?
- * Você conhece alguém que não está conseguindo atendimento na área da saúde?
- * Você conhece alguém que perdeu com a crise?

Se o grupo for maior do que vinte pessoas e a atividade for presencial, pode ser feita uma conversa de duas em duas pessoas sobre as questões. Se for muita gente, pode ser pedido que somente algumas duplas falem na roda o que discutiram nas duplas. É legal registrar em cartazes ou de diferentes formas os principais pontos dessa parte da conversa e afixar na parede ou colocar no centro da roda, no chão.

Se você organizar o evento na modalidade online, é possível usar salas menores para esta conversa, ou coletar as participações no chat ou outro aplicativo e abrir para ouvir as vozes na sequência - de 3 a 5 vezes..

3) CRISE ECONÔMICA: COMO ELA ESTÁ AFETANDO A VIDA DO NOSSO PAÍS? (30 min a 1 hora)

Nesse terceiro momento da nossa roda de conversa, vamos abordar alguns dados do estudo Direitos Humanos em Tempos de Austeridade, elaborado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pela Oxfam Brasil e pelo Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CESR) e do Relatório sobre o Impacto da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos, elaborado pela Plataforma Dhesca, ambos publicados no final de 2017. Esses estudos analisaram como a atual política econômica brasileira e, em especial, a Emenda Constitucional 95 está destruindo os direitos sociais de nosso país e afetando a população. Vocês podem discutir outros dados de estudos ou de matérias de jornais e revistas.

A seguir, apresentamos um texto adaptado com dez pontos que pode ser lido em voz alta por uma pessoa ou dividido em trechos para serem lidos por diferentes pessoas do grupo, tornando mais dinâmica a leitura. Peça para o grupo anotar o que mais chamou a atenção e quais são as dúvidas que ficaram da leitura do texto para que possam ser retomadas depois.

A POLÍTICA ECONÔMICA DE AUSTERIDADE E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES E DA VIOLÊNCIA NO PAÍS

Nas últimas décadas, o Brasil teve grandes avanços na superação da pobreza, muito porque fez grandes investimentos de dinheiro público em saúde, em educação e em proteção social. Em 2008, com a crise econômica internacional, o Brasil fez o contrário de outros países: em vez de cortar gastos sociais, investiu mais recursos em políticas sociais, o que manteve a economia brasileira aquecida e levou a população a ficar mais protegida dos efeitos da crise econômica que atingiu vários países.

Porém, a partir de 2015, o Brasil adotou a política econômica de austeridade, aquela que defende que para o país “arrumar” a economia, ele tem que cortar recursos das políticas sociais, impor sacrifícios à população e concentrar ainda mais o dinheiro na mão de poucos, sobretudo, de grandes grupos econômicos e do mercado financeiro.

Essa situação ficou pior no governo Temer e, em especial, com a Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, que cortou drasticamente os recursos para as políticas sociais por vinte anos. A situação ficou ainda mais dramática no governo Bolsonaro, com a gestão do Ministro Paulo Guedes, que aprofundou os cortes de recursos, mesmo durante a pandemia, quando

muitos países do mundo fizeram o contrário e aumentaram seus orçamentos para proteger a população e fortalecer a capacidade de resposta das políticas sociais. Algumas informações que nos ajudam a compreender a gravidade da situação e como essa política econômica vem acirrando ainda mais as desigualdades:

1) Concentração de renda na mão de poucos: A concentração de renda de 1% dos brasileiros no topo é a maior do mundo. Os seis homens mais ricos do Brasil têm a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Enquanto isso, 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza e mais de 50% dos brasileiros estão muito perto de entrar na pobreza. No último ano, os bancos do país alcançaram os maiores lucros de toda a sua história, ganhando muito dinheiro, assim como os setores econômicos que vivem do mercado financeiro.

2) Desemprego: Em decorrência da crise econômica, combinada com a crise da pandemia, as taxas de desemprego no Brasil se elevaram, batendo o recorde em 2021 com mais de 14,4 milhões de pessoas sem emprego. Como consequência do desemprego, um em cada quatro brasileiros adultos tinham contas em atraso no período, totalizando 61 milhões de pessoas endividadas.

3) Desigualdades raciais: Essa realidade também vem levando ao aumento acelerado das desigualdades de renda entre negros e brancos a partir de 2015. O rendimento de pretos e pardos passou a sofrer variação negativa - 1,6% e 2,8%, respectivamente -, enquanto os brancos mantiveram o seu índice de rendimento positivo, em 0,8%. Além disso, é importante destacar que o governo federal cortou drasticamente recursos dos programas destinados à promoção da igualdade racial: se considerado o período de 2014 a 2019, a queda real dos recursos nessa área é de 81%.

4) Reforma agrária e violência no campo: No campo, os povos e comunidades tradicionais, camponeses e agricultores familiares vêm sofrendo o corte das políticas que até então garantiam minimamente a sua sobrevivência. O número de decretos de desapropriação de terras para a reforma agrária diminuiu consideravelmente nos últimos anos, assim como o número de famílias assentadas: em 2015 foram assentadas 26.335 famílias, enquanto que neste ano nenhuma terra foi desapropriada para fins de reforma agrária. Em caminho inverso, a violência no campo cresceu consideravelmente nos últimos anos, disparando no governo Bolsonaro. Dos 1079 conflitos registrados em 2017, o número chegou a 2059 em 2020.

5) Fome e desnutrição: ao longo das últimas décadas, o Brasil tornou-se um modelo reconhecido mundialmente no combate à fome e à desnutrição. Porém, nos últimos anos, o cenário foi de regressão nesta área. A insegurança alimentar grave, ou fome, é realidade para 19,1 milhões de pessoas em 2021, que passam mais de 24h sem comer. E cerca de metade da população – 116,8 milhões de pessoas – sofre de algum tipo de insegurança alimentar, o que leva o Brasil ao pior patamar desde 2004. Programas para lutar contra esse cenário, como o Programa de Aquisição de Alimentos e os Restaurantes Populares foram desfinanciados nos últimos anos.

6) Violência policial e assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos: No que diz respeito à violência policial, os números são gritantes e têm jovens negros como as principais vítimas. Outro dado alarmante diz respeito ao assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. De acordo com o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a cada cinco dias um defensor de direitos humanos é assassinado no país. Um dos casos que mais chamou a atenção de todo o Brasil e do mundo, foi a execução da vereadora Marielle Franco, ativista do movimento de mulheres negras e da luta da LGBT, defensora dos direitos humanos, assassinada em março no Rio de Janeiro. Até o momento, o governo não apresentou os mandantes..

7) Ataque aos direitos indígenas: As populações indígenas estão sofrendo o maior desmonte da história da Funai - Fundação Nacional do Índio e inúmeros ataques aos seus direitos constitucionais, intensificados no governo Bolsonaro. A Funai passou de um orçamento autorizado de R\$ 870 milhões em 2013 para um orçamento de R\$ 673 milhões em 2019, o que representa uma queda de 23% em termos reais. Considerando que a Funai já é extremamente enxuta e com reduzida capacidade de atuação nos territórios, a perda de orçamento teve pesados efeitos na vida dos povos indígenas.

8) Reformas trabalhista e da previdência: Aprovada em 2017 pelo Congresso Nacional, a reforma trabalhista alterou profundamente a legislação trabalhista brasileira, especialmente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que sofreu modificações em mais de cem pontos², fragilizando ainda mais os direitos dos trabalhadores do país. Além da reforma trabalhista, o Congresso Nacional aprovou em 2019 a reforma da previdência. Entre as principais mudanças, a reforça aumentou o tempo de contribuição e criou uma idade mínima de aposentadoria, deixando de abrir a possibilidade de aposentadoria com apenas o tempo

de contribuição. A reforma também aumentou o tempo contribuição: Na nova regra do Regime Geral, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens.

9) Cortes na Educação pública e nas Ciências: Os cortes de recursos na educação tornam inviável a implementação do Plano Nacional de Educação, lei aprovada em 2014, que estabelece vinte metas para melhorar a educação brasileira. Além disso, a Emenda Constitucional 95 tem levado a diminuição dos recursos do Fundeb (principal Fundo da Educação Básica) e prejudicado o funcionamento de creches, escolas e universidades públicas e o atendimento de milhões e milhões de estudantes. De um orçamento de R\$ 133,6 bilhões em 2015, a Educação conta com uma previsão orçamentária para 2022 de R\$ 70,5 bilhões, uma redução de 47,2%. O governo federal também vem reduzindo drasticamente o orçamento para a pesquisa científica e para o funcionamento das universidades públicas. O fomento à pesquisa registrou perda de metade dos recursos para a Capes (Coordenação de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). De um orçamento de R\$ 133,6 bilhões em 2015, a Educação conta com uma previsão orçamentária para 2022 de R\$ 70,5 bilhões, uma redução de 47,2%. O fomento à pesquisa registrou perda de metade dos recursos para a Capes (Coordenação de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

10) Cortes na Saúde pública: O orçamento de 2019 para o setor da saúde, que sofre uma histórica insuficiência de recursos no Sistema Único de Saúde (SUS), não aumentou em relação ao ano anterior, permanecendo um valor semelhante aos patamares de 2014. Por outro lado, a população brasileira aumentou em 7 milhões de habitantes nesse período, revelando uma grave redução das despesas per capita nessa área. Os efeitos são amplos e profundos: do corte ao acesso aos remédios, com o fechamento de mais de 300 farmácias públicas à precarização das condições de atendimento do Sistema Único de Saúde (que atende cerca de 80% da população brasileira), à diminuição da vacinação da população, entre outros efeitos. Além disso, pra além da COVID-19, o país tem vivido nos últimos anos a proliferação de epidemias, como a da febre amarela, intimamente ligada a vários retrocessos, entre eles, ao desmonte da política de saneamento básico e das políticas de proteção ambiental.

11) Desfinanciamento da Assistência Social: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passou de um patamar de mais 3 bilhões (2014) voltados ao cofinanciamento de ações e serviços, para pouco mais de 1 bilhão, com redução especialmente para a proteção social básica que cofinancia os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Mesmo diante de um contexto de pandemia, da caracterização da Assistência Social como política essencial, o governo federal fez um corte de 59% dos recursos para 2021 em relação à 2020.

12) Destruição ambiental: A taxa de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira teve um aumento de 21,97% entre 2020 e 2021 - a maior taxa em 20 anos. O orçamento reflete essa realidade: o orçamento autorizado e executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), caiu fortemente em 2014 e, a partir de 2017, a execução do orçamento piora ainda mais. As despesas discricionárias do ICMBio em 2020, de R\$ 303 milhões, representaram menos da metade do que o executado em 2019. O esvaziamento orçamentário deste órgão está relacionado com o projeto de incorporação do órgão ao Ibama, o que seria uma grande perda para as políticas de fiscalização ambiental brasileiras.



Ufa, quanta desgraça! Depois de ler o texto, discuta com as pessoas da roda: o que elas acharam? O que mais chamou a atenção? Quais outras informações as pessoas têm dos desmontes e cortes em outras áreas sociais e ambientais ou que impactam outros setores da população? Registre os principais pontos da conversa.

*** Se você estiver na modalidade online, anote no aplicativo que está usando para registro, para que o grupo visualize as participações.**

4) PRECISA SER ASSIM? CAMINHOS PARA SAIR DA CRISE (1 hora)

Não precisa ser assim! Há outros caminhos. Mas muita gente não quer que a população saiba que existem outros caminhos, para que o dinheiro cada vez mais fique concentrado nas mãos de poucos. Neste momento da roda, vamos falar sobre isso: caminhos, possibilidades e esperança! Além dos estudos já citados e outros que constam no site direitosvalemmais.org.br, destacamos

também o livro Economia Pós Pandemia¹, do qual a Coalizão Direitos Valem Mais é uma das autoras, e que apresenta alternativas para uma economia que supere desigualdades. Agora vamos para três prioridades:

1. Fim da Emenda Constitucional 95: Por todos os motivos que falamos antes, é fundamental acabar com a Emenda Constitucional 95, que tira dinheiro das políticas sociais e ambientais e concentra ainda mais o dinheiro nas mãos de poucos.

Concretamente, são dois os caminhos para dar fim à EC 95: 1) a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Revogatória pelo Congresso Nacional, dentre as que se encontram em tramitação as PECs 36 e a 54; 2) que o STF coloque em julgamento as oito Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que pedem o fim do Teto de Gastos, solicitação reforçada por inúmeras entidades e personalidade públicas nacionais e internacionais, como Relatores Especiais da ONU e a própria Malala Yousafzai, prêmio Nobel da Paz, em [carta enviada](#) às Ministras e Ministros do STF em maio de 2020, a pedido da Coalizão Direitos Valem Mais.

Para dar fim ao Teto de Gastos, é necessário também que mais gente compreenda os efeitos destrutivos desta Emenda e faça pressão social, por isso a importância de multiplicar as rodas de conversa, fazer parte das mobilizações e escolher candidatas, candidates e candidatos nas eleições do próximo ano comprometidos com a superação do facismo, defesa intransigente da democracia e fim do Teto de Gastos e da política econômica da morte e da destruição do país.

2. Aprovação do Piso Emergencial para as Políticas Sociais: proposto em 2020 pela Coalizão Direitos Valem Mais, o Piso visa recompor os recursos cortados das políticas sociais - em um primeiro momento, das áreas de saúde, educação, segurança alimentar e assistência social - visando retomar a capacidade do Estado de proteger a população no contexto da pandemia e de seus efeitos de médio e longo prazo. Em 2021, a Coalizão voltou a defender o [Piso Emergencial na tramitação do Orçamento 2022](#). Conheça mais sobre a proposta do Piso Emergencial e as [notas técnicas](#) sobre o Orçamento 2022.

1 Economia Pós Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. Organização: Ana Luiza Matos de Oliveira, Esther Dweck e Pedro Rossi. FES/Autonomia Literária, 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/economia-pos-pandemia-pdf>

3. Políticas anticíclicas: No vídeo “Na Boca do Povo” e “Precisa ser Assim?”, veremos que vários países enfrentaram a crise econômica aumentando o investimento em políticas sociais, o que mantém a economia aquecida e protege a população dos impactos da crise. Essas políticas que reagem à crise são chamadas de políticas anticíclicas. Em vez de cortar gastos sociais, o caminho é o contrário: aumenta-se os gastos sociais para reagir à crise. Por isso, é importante que a gente não caia no conto de que a população tem que fazer o sacrifício, e exija mais recursos para as políticas sociais.

4. Reforma tributária progressiva: No Brasil, os mais pobres e a classe média sempre pagaram proporcionalmente mais impostos que os mais ricos. Quando isso acontece em um país, se diz que o país tem um sistema tributário regressivo. Comparado a outros países do mundo e, inclusive, da América Latina, o sistema tributário no Brasil é considerado um dos mais injustos do planeta, alimentando as grandes desigualdades no país. Aqui, os 10% mais ricos gastam 21% de sua renda com impostos, enquanto que os 10% mais pobres do Brasil gastam 32%. Proporcionalmente, em relação ao que ganham, as mulheres pobres e negras são as que mais pagam impostos no Brasil, um país em que mais de 50% da população ganha menos do que um salário mínimo.

E os impostos são importantes para quê? Para financiar as políticas sociais e ambientais e a garantia dos direitos previstos em nossa Constituição. Por isso, não podemos cair na conversa de que quanto menos impostos, melhor! A questão, na verdade, é quem deve pagar mais impostos no Brasil?

Por isso, em vez de cortar recursos das políticas sociais e ambientais, o Brasil precisa de uma reforma tributária progressiva que possa cobrar mais impostos de quem mais tem dinheiro, incluindo a taxaço das grandes fortunas; combater o envio ilegal de dinheiro para fora do país e a sonegação de impostos, principalmente, por parte de grandes grupos econômicos. Sonegação é quando se criam artimanhas para não pagar impostos.

5. PRÓXIMOS PASSOS (30 minutos)

Neste momento final, sugerimos que vocês assistam juntos/as o [clipe musical](#) da Coalizão Direitos Valem Mais. Com uma música contagiante, produzida em 2018 especialmente para as mobilizações da Coalizão Direitos Valem Mais, o clipe apresenta um conjunto de mulheres negras de vários coletivos e movimentos sociais.

Em grupo, vocês podem discutir: qual a emoção que o clipe musical mobiliza em cada pessoa e no grupo? Como podemos fazer dessa emoção, dessa esperança um impulso para agir em prol da transformação social do país?

Para concluir a roda, podemos resgatar o registro e discutir:

- Como foi participar desta roda de conversa?
- Quais dúvidas ficaram? Como podemos dar continuidade a esta roda, pesquisando outros materiais e aprofundando o debate realizado?
- Como ampliar as rodas de conversa para outros lugares?
- Queremos participar das novas mobilizações que serão propostas pela Coalizão Direitos Valem Mais pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova economia?



Não vamos esquecer da foto: hora de tirar foto do grupo e postar a foto ou uma mensagem ou vídeo sobre a roda de conversa realizada nas redes sociais por meio da hashtag **#DIREITOSVALEMMAIS**. A foto e a mensagem são muito importantes para estimularem outras rodas e mostrar ao mundo nossa mobilização!



AGRADECEMOS muito a participação de vocês nesta mobilização em prol de uma economia a favor da vida e contra todas as desigualdades! Por um Brasil com democracia, justiça racial, social, de gênero e ambiental, com respeito aos direitos humanos e com sustentabilidade socioambiental!

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA



Mobilização Mil Rodas de Conversa: promovida pela Coalizão Direitos Valem Mais, em parceria com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e a Articulação Povo na Rua, com apoio da Plataforma DHESCA e do Centro de Formação Educação Popular e Direitos Humanos da Ação Educativa. Roteiro para Rodas de Conversa.

Texto: Denise Carreira.

Leitura crítica e atualização de dados: Livi Gerbase e Ariana Frances.

Coordenação Executiva da Coalizão Direitos Valem Mais: Ariana Frances, Denise Carreira, Getúlio Vargas, Jucimeri Silveira, Roseli Faria, Livi Gerbase, Márcia Lopes, Melisanda Trentin e Andressa Pellanda.

Secretaria - Executiva da Coalizão Direitos Valem Mais | Plataforma Dhesca Brasil: Júlia Daher (Assessoria de Comunicação), Lorraine Carvalho (Secretaria -Executiva) e Luiza Calvette (Assessora Legislativa):

secretaria@plataformadh.org.br



Coalizão

DIREITOS VALEM MAIS